

NOTA À IMPRENSA

Delegada de Saúde garante qualidade da água de abastecimento humano em Sines

A Câmara Municipal de Sines e a Autoridade de Saúde de Sines realizaram hoje, 4 de Junho, nos Paços do Concelho, uma conferência de imprensa conjunta sobre a retoma da exploração das captações municipais de água de abastecimento humano, determinada pela delegada de Saúde de Sines no passado dia 23 de Maio.

Respondendo a Francisco do Ó Pacheco, que em declarações prestadas à comunicação social na qualidade de candidato da CDU às próximas eleições autárquicas colocou em causa aquela decisão, Fernanda Santos afirmou que “a saúde pública é independente e transversal a todos os partidos e candidaturas eleitorais”, considerando “uma irresponsabilidade lançar o alarme injustificado na população quando a água de consumo humano cumpre todos os requisitos legais em vigor, assim como as ‘guidelines’ da Organização Mundial de Saúde e da outra legislação internacional”.

O presidente da Câmara Municipal de Sines, Manuel Coelho, considerou as declarações de Francisco do Ó Pacheco “uma tentativa de lançar o pânico entre as pessoas” e de “desacreditar a Câmara no que é a sua responsabilidade no abastecimento de água e a delegada de saúde que toma decisões sobre a qualidade da água”.

Por que foram reabertas as captações

Desde que, em Novembro de 2008, a Câmara Municipal de Sines foi informada pela aicep Global Parques da existência de solos contaminados nas proximidades dos quatro furos que abastecem Sines, tem vindo a ser feito um acompanhamento muito rigoroso da qualidade da água.

Nas análises específicas pedidas pela Câmara foram detectados vestígios de alguns tipos de hidrocarbonetos, não se podendo nesta data deduzir qualquernexo causal com a contaminação dos solos em causa.

Embora muito abaixo dos limites da legislação, os vestígios detectados não deixaram de preocupar a Câmara Municipal de Sines, comunicando-os à Autoridade de Saúde de Sines, que, na posse desses dados, determinou a suspensão da captação de água nos furos municipais (inicialmente todos e depois apenas alguns), passando a ser adquirida água à empresa Águas de Santo André, em percentagens que se situaram entre os 100%, num curto período inicial, e 60% do abastecimento, quando se verificou que alguns furos podiam ser reabertos.

A decisão de reabertura de todos os furos, com efeito desde 23 de Maio de 2009, foi justificada pela delegada de saúde de Sines com a combinação de dois factores: análises recentes às captações municipais (com resultados, nalguns casos, “10 e 100 vezes abaixo do que a lei determina”) e a informação da empresa Águas de Santo André recebida no dia 6 de Maio confirmando que havia igualmente vestígios de naftaleno e de hidrocarbonetos nas suas captações, apesar de também essa água cumprir os requisitos e as normas legais em vigor.



MUNICÍPIO DE SINES

“Fomos confrontados com uma água de Santo André também com vestígios e com as nossas captações, algumas delas até com menos vestígios do que as águas de Santo André. Ouvindo vários técnicos da saúde ambiental, engenheiros sanitaristas, autoridades de saúde concelhias limítrofes do nosso concelho, e atendendo a que os valores eram muito inferiores aos valores legais da nossa legislação portuguesa, como às ‘guidelines’ da OMS, como à bibliografia internacional, decidimos que se deveria retomar a exploração, com uma monitorização quinzenal muito apertada e, nalguns parâmetros, até mais frequente”, disse Fernanda Santos na conferência de imprensa.

“A população pode beber a água de Sines, que é garantidamente de qualidade e cumpre os requisitos legais em vigor. Mas nunca foi escondido que temos um problema. Todos nós gostaríamos de beber uma água pura, que não tivesse vestígios de nada. Estas nossas captações têm de ser estudadas, temos de pensar ou em novas captações, se o aquífero o permitir, ou no tratamento desta água”, acrescentou a delegada de Saúde.

A vereadora Carmem Francisco, com competência com a área do ambiente, reconheceu que a localização dos furos municipais, anteriores à instalação do complexo industrial, é “um risco potencial”, estando adjudicados, há cerca de dois meses, dois estudos à Universidade de Évora para definir alternativas de novas fontes de abastecimento de água a Sines.

A autarca assinalou também que a preservação da qualidade do aquífero, preocupação de Sines mas também de todos os municípios que nele fazem captações, é competência directa do Ministério do Ambiente, através da Administração Regional Hidrográfica do Alentejo, não obstante as responsabilidades da autarquia sobre o controle da água que é abastecida.

A Câmara Municipal de Sines esclarece ainda que nenhum elemento transmitido pelo candidato Francisco do Ó Pacheco nas suas declarações acrescenta dados de facto ao que já foi divulgado pela Câmara Municipal de Sines ao público e/ou à Assembleia Municipal de Sines, estando o essencial das explicações sobre a reabertura das captações contido na informação publicada no site municipal (www.sines.pt) no dia 23 de Maio.

Tendo alguns jornalistas interpretado que a Câmara Municipal de Sines tinha conhecimento de dados sobre a contaminação dos solos que remontam a 2006, reafirma-se que o documento da aicep Global Parques onde eles são descritos foi o que, enviado à autarquia em Novembro de 2008, levou a Câmara Municipal de Sines a desencadear as acções que se seguiram nesta matéria.

A Câmara Municipal de Sines reafirma que agiu sempre com o máximo empenho e diligência, contactando e convocando todas as entidades responsáveis neste processo, tendo também oficiado o Ministério Público, em Dezembro de 2008, para que este agisse no sentido de apurar responsabilidades e desencadeasse os processos adequados à responsabilização e respectivas penalizações dos poluidores.

SIDI/PM/2009-06-04

Recursos adicionais na área Actualidade > Gabinete de Imprensa do site municipal, www.sines.pt.

Para solicitar mais informações sobre as notícias da nota use o email sidi@mun-sines.pt ou o telefone 269 630 665 (Serviço de Informação, Divulgação e Imagem).